

BEN GURION: OPERAÇÃO KADESH¹

Na Primavera de 1956 a perspectiva de guerra voltava a ensombrar Israel. As três fronteiras de Israel estavam em crise. A norte, os sírios atiravam sobre os pescadores israelitas no mar de Tiberíades. A leste, aumentava a tensão em resultado das tensões internas na Jordânia, onde se agitavam elementos pró-Nasser. As forças egípcias na Faixa de Gaza não paravam de disparar e, no princípio de Março, concentravam-se em número considerável no norte do Sinai, instigando incidentes de fronteira. Os *fedayin* semeavam morte e destruição em Israel. A guerra com o Egipto poderia rebentar a qualquer momento.

A Campanha do Sinai, a segunda guerra israelo-árabe, viria culminar um período de mais de sete anos de tensões e confrontos fronteiriços. Estas tensões advinham tanto de interpretações conflituais dos Acordos de Armistício de 1949 como das respectivas deficiências e da instabilidade inerente da fronteira entre o Egipto e Israel. O efeito nocivo destes factores constantes era exacerbado pela alteração de circunstâncias a nível doméstico, local, regional e internacional: rivalidades políticas e desenvolvimentos internos em Israel e no Egipto, competição intra-árabe pelo domínio regional e as políticas das grandes potências. Acontecimentos como a compra de armas soviéticas pelo Egipto, a resistência a aberturas ocidentais, a evacuação militar britânica do Suez, a decisão americana de retirar o financiamento à barragem de Assuão, foram cruciais no precipitar de uma crise política e militar de grandes proporções.

A guerra do Suez foi um dos momentos mais difíceis da carreira de Ben Gurion. De um lado tinha um Governo hesitante, maioritariamente alinhado com o ministro dos Negócios Estrangeiros e ex-primeiro-ministro Moshe Sharet que se opunha à política de retaliações e a acções vigorosas. Do outro, via-se na posição de constranger as pressões insistentes do chefe do Estado-Maior, Moshe Dayan, a favor de uma guerra preventiva com o Egipto antes que fosse demasiado tarde. O sentido de urgência estava directamente associado à situação estratégica de cerco e, sobretudo, à recusa persistente pelas potências ocidentais em fornecer armas a Israel, que assim se achava em situação de desequilíbrio estratégico na região.

É importante sublinhar que as potências ocidentais e as Nações Unidas, embora simpatizassem com as dificuldades de Israel, mantinham uma interpretação das Convenções de Armistício estritamente legalista, que ia ao encontro da perspectiva árabe. Assim, embora criticassem o bloqueio naval a Israel, as operações de infiltração e *fedayin* e a propaganda virulenta anti-sionista e os declarassem incompatíveis com o espírito das Convenções, não os entendiam condenáveis do ponto de vista do direito internacional. Tais discrepâncias haviam inclusive levado à Declaração Tripartida de Maio de 1950 pela qual, para além de restringir a venda de armas aos beligerantes no conflito israelo-árabe, os EUA, a França e o Reino Unido se comprometiam à intervenção militar para coarctar confrontos armados. Ao longo do tempo esta declaração perdera todo o sentido sobretudo porque as potências envolvidas

não haviam sido capazes de sustentar nem o seu espírito nem a sua letra.

Neste cenário negro para Israel, uma nova saída se abria. E, ao mesmo tempo que os confrontos na fronteira egípcia se intensificavam, aterravam em Israel uma dúzia de caças *Mystère 4*: a França quebrava o isolamento de Israel, a quem estendia uma mão amiga e aliada e uma nova fonte de armamento.

O processo de estabelecimento da França como principal fornecedor de armas a Israel tivera início pouco depois do regresso de Ben Gurion ao Ministério da Defesa, em princípios de 1955. Desde então e até Abril de 1956, data em que os primeiros aviões franceses aterraram em Israel, Shimon Peres, à data director-geral do Ministério da Defesa, tratara de aprofundar o relacionamento com o Governo francês e criar as bases de um relacionamento estreito entre os dois países que iria durar até 1967. Os laços aprofundaram-se a partir de Janeiro de 1956, com a posse do socialista Guy Mollet como primeiro-ministro, socialista, e Bourges Manoury, do Partido Radical, como ministro da Defesa. Unidos por uma vivência comum da resistência e pela ideia de que uma política firme talvez pudesse ter evitado a II Guerra Mundial, politicamente avessos ao discurso e postura ditatorial de Nasser que, estavam convencidos, armava e fomentava a rebelião armada na Argélia, escolheram Israel como único aliado possível para uma estratégia de recriar uma margem de manobra francesa que sentiam perdida no Médio Oriente.

Os contactos entre os dois países intensificaram-se, assim como a decisão do

segredo absoluto. Em Abril de 1956 foi assinado um acordo para fornecimento de armas, à margem do Quai d'Orsay e, sobretudo, à margem da Comissão Tripartida. Em finais de Maio seguinte, Peres obtinha a aprovação de Ben Gurion para um pacto tácito contra Nasser. Para Ben Gurion era claro que a colaboração entre a França e Israel dependia da disponibilidade israelita para fazer a guerra ao Egipto.

O primeiro carregamento de armas desembarcava em Israel a 24 de Julho. A 26, Nasser proclamava a nacionalização do canal de Suez. O espanto varreu o mundo. Os governos britânico e francês, além do mais, principais accionistas da Companhia do Suez, iniciaram de imediato consultas militares. Ben Gurion escreveria: «Pela nossa parte não éramos contra o princípio da nacionalização. No entanto ela não augurava nada de bom e dava alarmante testemunho da confiança arrogante que o apoio oriental havia incutido em Nasser... Mais do que uma bofetada à Inglaterra e à França, esta decisão era um novo acto da Guerra Fria. De 1945 a 1950 a Guerra Fria estivera acantonada na Europa. No decurso dos cinco anos seguintes, do início das hostilidades coreanas ao fim dos combates na Indochina, a Guerra Fria tinha afectado o Sudeste Asiático. Agora estendia-se ao Médio Oriente e as consequências não se podiam prever.

Poucos dias depois, tornava-se claro que os EUA estavam enfaticamente contra uma intervenção militar no Médio Oriente: por iniciativa de Foster Dulles, convocava-se para 6 de Agosto, em Londres, uma confe-

rência internacional para discutir o futuro do canal. A oposição de Nasser às deliberações era esperada. Mas o intervalo diplomático retiraria o sentido de urgência à crise. A meio do Verão, os britânicos pareciam reconciliados com o abandono da opção militar. Os franceses estavam todavia determinados a não deixar escapar a oportunidade de ajustar contas com Nasser. Perdida a esperança nos americanos e convencidos do recuo britânico, podiam contar apenas com um aliado: Israel.

A primeira reacção de Ben Gurion foi de prudência. Quando, a 2 de Agosto, Dayan lhe dissera que os franceses «pediam pormenores sobre os portos e os aeródromos» Ben Gurion respondera positivamente, dizendo «temos que os tratar como irmãos»... Logo porém avisando Dayan que Eden não avançaria sem a assistência dos EUA e que «não havia qualquer esperança que o patife do Dulles apoiasse qualquer ousadia contra árabes ou russos». Em Setembro, franceses e israelitas negociavam já os termos da aliança, com os franceses a sugerir a visita a Paris de uma delegação israelita do mais alto nível.

Por esta altura Ben Gurion entendeu discutir «a proposta francesa» com alguns membros do seu Governo, onde recebeu dúvidas e, sobretudo, temor que os países árabes se unissem e que a URSS despachasse milhares de «voluntários» para a frente de batalha. «O meu ponto de vista» escreveu Ben Gurion, «é que esta era a primeira oportunidade que tínhamos de encontrar um aliado [...] existe toda a espécie de medos, mas esses medos vão perdurar quando estivermos isolados e Nasser tentar aniquilar-nos. Vamos avan-

çar para esta parceria sob determinadas condições: 1) que a França conheça as nossas limitações no ar e no exército; 2) que o Reino Unido esteja de facto com a França e que os EUA tenham conhecimento da operação; 3) que recebamos a costa dos estreitos de Tiran... Aqui nasce a primeira aliança séria entre Israel e uma potência ocidental, e não devemos decliná-la sob nenhuma circunstância».

Com tremenda nitidez, a crise do Suez revelava o advento do mundo bipolar que iria governar o sistema internacional nas quatro décadas seguintes impondo uma estabilidade que hoje já aparece como invejável. Justamente durante o Advento de 1956, apareciam clarificados os limites da capacidade política das potências europeias que o século XIX habituara a grande liberalidade na gestão dos negócios do mundo. A necessidade de recorrer à ajuda americana para resolver a I Guerra Mundial transferira já alguma dessa capacidade para os EUA. Agora, o seu Presidente eleito e general vencedor da II Guerra Mundial, anunciava pública e notoriamente a passagem de testemunho para os EUA. O Médio Oriente é um lugar de Poder: as precedências passaram para Washington e Moscovo.

No Reino Unido, Suez passou a ser um epíteto para mau juízo, fraqueza de decisão política, obsessão, tibieza e vergonha nacional. Em França, após a derrota de Dien Bien Phu, acompanhada da descolonização africana e da guerra na Argélia, foi também um momento de retorno à Europa, cujo programa de integração política e económica seria um beneficiário directo da «humilhação europeia».

Israel ganhara a guerra, numa operação de arrojo militar que entrou para o rol das grandes batalhas. Mas ganhar a guerra não é ganhar a paz. A 3 de Março de 1957, em Nova York, a ministra dos Negócios Estrangeiros subia ao pódio da Assembleia Geral das Nações Unidas. Tendo «previamente verificado cada vírgula com Foster Dulles, em Washington», Golda Meir declarava que o Governo de Israel trataria de retirar rapidamente de Sharm el Sheik e da Faixa de Gaza, «em conformidade com a resolução I, de 2 de Fevereiro de 1957, sendo nosso objectivo garantir que após a retirada das forças militares, Israel continuará a usufruir da liberdade de navegação no Golfo de Aqaba e nos Estreitos de Tiran».

Golda Meir conta que «ainda mal me tinha voltado a sentar, já Henry Cabot Lodge se levantara. Para meu espanto ouvi-o tranquilizar as Nações Unidas no sentido que, juntamente com a garantia dos direitos de passagem de todas as nações pelos Estreitos de Tiran, o futuro da Faixa de Gaza seria assunto a tratar no contexto dos Acordos de Armistício. Talvez, nesse dia, mais ninguém tivesse compreendido o que o Representante Permanente dos EUA queria dizer. Mas NÓS percebíamos bem de mais. O Departamento de Estado norte-americano ganhara a sua batalha contra nós: o Governo Militar do Egipto iria retornar a Gaza, com as suas guarnições. Não havia nada a dizer. Só consegui ficar para ali, sentada, mordendo o lábio, nem sequer capaz de encarar o belo C. Lodge enquanto ele pacificava todos os que estavam tão preocupados que Israel viesse a retirar do Sinai de alguma forma que não fosse

incondicional. [...] Mas a realidade tinha de ser enfrentada. Pior não estávamos.» Apesar de forçado a retirar do Sinai, o primeiro-ministro Ben Gurion acabaria por considerar a guerra um sucesso: o terror *fedayeen* fora afastado; o princípio da liberdade de navegação pelos estreitos de Tiran reconhecido; a Força de Emergência das Nações Unidas instalava-se em Gaza e na área de Sharm El Sheik; e a determinação de Israel defender a sua existência ficara bem argumentada.

Com o correr do tempo, a campanha do Sinai trouxe a Israel outros dividendos. Primeiro e principal: dez anos de paz. As fronteiras sossegaram. O sentimento de insegurança e de ameaça iminente à própria existência do Estado desapareceram do espírito dos israelitas. Com a liberdade de navegação finalmente garantida, também se concretizou a visão de Ben Gurion para Eilat, que se tornou uma porta de entrada para o Sul de Israel, com um *pipeline* de petróleo a funcionar desde o golfo de Aqaba até à costa mediterrânica, dando um empurrão significativo ao desenvolvimento do Negev.

A Campanha do Sinai também inaugurou uma nova época nas relações externas de Israel. Contrariamente às previsões de isolamento e ostracismo pelos estados afro-asiáticos, as relações com o Terceiro Mundo atingiram o ponto alto entre 1957 e 1967. Dos quatro cantos do mundo delegações asiáticas, africanas e latino-americanas vinham a Israel buscar assistência tecnológica, militar, agrícola, enfim: ajuda para as recentes independências. A aliança entre a França e Israel, celebrada nos primeiros meses de 1956, seria alar-

gada e fortalecida. Uma cooperação mais intensa com os franceses garantia agora o acesso de Israel à actualização do seu arsenal e, até, à construção de um reactor nuclear. Acima de tudo, a performance perfeita das tropas vingava a perspectiva de Ben Gurion sobre a centralidade das Forças Armadas de Israel.

A percepção da penetração soviética no Médio Oriente tornou-se mais clara, o que

teve efeitos benéficos na relação do Estado hebraico com as potências ocidentais. Nos anos subsequentes, o Egipto, a Síria o Iraque apareciam identificados com o campo pró-soviético, enquanto o desenvolvimento de uma sociedade democrática em Israel e o obstáculo que constituía à expansão soviética viriam, com o tempo, a favorecer as relações entre Israel e os EUA.

■ MANUELA FRANCO

NOTAS

¹ «Operação Kadesh» foi o nome hebraico da Campanha do Sinai de 1956. Este perfil de Ben Gurion é baseado nos livros de BAR-ZOHAR, Michael – *Ben Gurion: A Biography*,

Nova York: Delacorte Press, 1978; BEN GURION, David – *Israel, Années de Lutte*, Paris: Flammarion, Collect. L'Actuel, 1964; MEIR, Golda – *My Life*, Londres: Weidenfeld & Nicol-

son, 1975; e ainda no artigo de OREN, Michael B. – «Escalation to Suez: the Egypt-Israel Border War, 1949-56». In *Journal of Contemporary History*, vol. 24, n.º 2, Abril de 1989, pp. 347-373.